

PESTE SUÍNA CLÁSSICA: MONITORAMENTO DO STATUS SANITÁRIO DOS SUÍNOS EM PROPRIEDADES DA ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL

CAROLINE DEWES¹; TANISE PACHECO FORTES¹; GILMAR BATISTA MACHADO¹; AMILTON CLAIR SEIXAS NETO²; ANTONIO AUGUSTO ROSA MEDEIROS³; ÉVERTON FAGONDE DA SILVA⁴

¹ Pós-Graduando do Programa de Pós-Graduação em Veterinária da UFPel-
caroldewesvet@hotmail.com; tanisefortes@gmail.com; gilmarmachao@hotmail.com

² PNPD do Programa de Pós-Graduação em Veterinária da UFPel- amiltonseixas@gmail.com

³ Fiscal Estadual Agropecuário do SEAPA- antonio-medeiros@seapa.rs.gov.br

⁴ Professor da Faculdade de Veterinária da UFPel- fagondee@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A peste suína clássica (PSC) é uma enfermidade altamente contagiosa e de difícil combate em áreas de alta concentração de suínos (RIDPATH; FLORES, 2007). A doença é causada por um Pestivírus da família *Flaviviridae* e animais de todas as idades podem ser acometidos (FREITAS et al., 2007; PENRITH et al., 2011). A transmissão pode ocorrer através do contato com animais silvestres, instalações, água, instrumentos utilizados no manejo dos animais, veículos, roupas, calçados e pelo ar entre criações vizinhas durante o surto em áreas de alta densidade populacional (OIE, 2012; OLIVEIRA et al., 2014). Cepas virulentas costumam ser fatais e causar febre, hemorragias generalizadas, ataxias e imunossupressão, enquanto a infecção por cepas menos virulentas podem cursar com infertilidade, aborto, natimortos e crescimento retardado dos leitões (DONAHUE et al., 2012; SOBESTIANSKY et al., 1999).

A PSC faz parte da lista A da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e, por ser altamente transmissível, pode se estender além das fronteiras nacionais, acarretando prejuízos socioeconômicos e sanitários graves (PATON et al., 2003; RIDPATH; FLORES, 2007). O impacto econômico surge a partir da mortalidade excessiva, infertilidade, suspensão imediata das exportações e custos no controle e erradicação da doença (OIRSCHOT et al., 1999; PATON et al., 2003).

Atualmente, o Rio Grande Sul e Santa Catarina são reconhecidos internacionalmente como áreas livres de PSC. Dessa forma, a monitoração do status sanitário do rebanho nestas áreas é de fundamental importância para a manutenção dessa condição. Neste contexto, este trabalho teve como objetivo realizar a vigilância sanitária em animais de cinco municípios do Rio Grande do Sul, através da coleta de amostras e do encaminhamento ao LAPA, laboratório de referência para o diagnóstico da enfermidade no país.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado em 22 propriedades localizadas na região sul do Rio Grande do Sul, selecionadas através de amostragem aleatória, seguindo o cronograma do Plano de Contingência para o diagnóstico de PSC no Estado (Tabela 1). A média de suínos coletados por propriedade foi de 6,24.

Tabela 1. Número de propriedades analisadas por município estudado.

Município	Número de propriedades analisadas
São Lourenço do Sul	7
Canguçu	9
Turuçu	1
Jaguarão	1
Santana da Boa Vista	4
TOTAL	22

Foram coletadas 181 amostras de sangue através de punção da veia cava cranial, utilizando seringa estéril com agulha 100x20 mm. O material coletado foi colocado em tubos identificados com o número, a idade e o sexo de cada animal. O sangue foi encaminhado para a Inspetoria Veterinária e Zootécnica (IVZ) de Pelotas, onde foi centrifugado para a separação do soro, congelado e enviado para o Laboratório de Apoio Animal (LAPA) em Recife, onde foram realizados os testes de imunofluorescência direta, isolamento viral em cultivo de célula, ELISA e neutralização viral, conforme sugerido pelo Plano de Contingência para a Peste Suína Clássica (BRASIL, 2004).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as 181 amostras coletadas mostraram-se negativas para a PSC. Segundo Brasil (2004), zonas livres da doença como o Rio Grande do Sul, contam com um sistema de vigilância sanitária que tem o objetivo de impedir o ingresso e detectar de forma precoce a reintrodução do vírus, garantindo a manutenção do status sanitário alcançado pelo Estado. Essas medidas são importantes, pois, conforme relatam Penrith et al. (2011), a erradicação não pode ser aceita como um estado permanente e a falta de áreas vizinhas infectadas não garante proteção contra a introdução do vírus por animais provenientes de áreas distantes.

Surtos recentes em áreas previamente não infectadas pelo vírus da PSC enfatizam a ameaça que essa doença representa para a cadeia produtora de suínos (MINTIENS et al., 2003; PATON et al., 2003). Em 1997, um importante surto ocorreu no estado do Paraná (considerado área livre de PSC), afetando sete fazendas e causando a morte de 270 animais (FREITAS et al., 2007). Ainda durante 1997, um surto de PSC afetou a Holanda e a provável fonte de infecção foi identificada como sendo os caminhões usados para transportar os animais (ELBERS et al., 1999). Quando regiões são livres da PSC e a introdução do vírus é inesperada, um atraso no reconhecimento da enfermidade é altamente provável, permitindo que a PSC se espalhe quando animais são transportados para outras propriedades ou para o abatedouro (PENRITH et al., 2011). Assim, a monitoria sanitária é uma ferramenta

importante para o conhecimento do perfil sanitário de uma granja sendo um dos componentes capazes de garantir que a produção não sofra influência negativa das doenças e assegurar bons índices produtivos (BARCELLOS et al., 2009; RISTOW, 2007).

4. CONCLUSÃO

O diagnóstico negativo para os 181 animais das 22 propriedades analisadas indica que as estratégias propostas pelo Plano de Contingência para a PSC são eficazes. Entretanto, para que o estado do Rio Grande do Sul continue usufruindo do status sanitário alcançado, é importante que medidas como o controle rigoroso da movimentação de animais entre as granjas e as investigações sorológicas continuem sendo realizadas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, D. E. S. N.; MARQUES, B. M. F. P. P.; MORES, T. J.; CENTENARO, F.; SOBESTIANSKY, J. Uso de perfis sorológicos e bacteriológicos em suinocultura. *Acta Scientiae Veterinariae*, v. 37, p. 117-128, 2009.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 47 de 20 de abril de 2004. **Plano de Contingência para a Peste Suína Clássica**. Diário Oficial da União. Brasília, 2004.

DONAHUE, B. C.; PETROWSKI, H. M.; MELKONIAN, K.; WARD, G. B.; MAYR, G. A.; METWALLY, S. Analysis of clinical samples for early detection of classical swine fever during infection with low, moderate, and highly virulent strains in relation to the onset of clinical signs. *Journal of Virological Methods*, v. 179, p. 108-115, 2012.

ELBERS, A. R. W.; STEGEMAN, A.; MOSER, H.; EKKER, H. M.; SMAK, J. A.; PLUIMERS, F. H. The classical swine fever epidemic 1997-1998 in the Netherlands: descriptive epidemiology. *Preventive Veterinary Medicine*, v. 42, p. 157-184, 1999.

FREITAS, T. R. P.; ESTEVES, E. G.; OLIVEIRA, A. M.; JOINEAU, M. E. G.; DUARTE, A. C. S.; VARGAS, I.; CALDAS, L. A.; REBELLO, M. A. Classical Swine Fever in Brazil: study for the survey of classical swine fever outbreaks in Brazil from 1978 to 2004. *Semina*, v. 28, n. 2, p. 277-286, 2007.

HANSON, R. P. The origin of the Hog Cholera. *Journal of the American Veterinary Medical Association*, v. 131, n. 5, p. 211-218, 1957.

MINTIENS, K.; LAEVENS, H.; DEWULF, J.; BOELAERT, F.; VERLOO, D.; KOENEN, F. Risk analysis of the spread of classical swine fever virus through “neighbourhood infections” for different regions in Belgium. *Preventive Veterinary Medicine*, v. 60, p. 27-36, 2003.

OIE. World Organization for Animal Health. **Classical Swine Fever (Hog Cholera)**. 2012. Disponível em:

<http://www.oie.int/fileadmin/Home/eng/Animal_Health_in_the_World/docs/pdf/CLASICAL_SWINE_FEVER_FINAL.pdf> Acesso em: 01 de junho de 2015.

OIRSCHOT, J. T. V. Classical Swine Fever (Hog Cholera). In: STRAW, B. E.; D'ALLAIRE, S.; MENGELING, W. L.; TAYLOR, D. J. **Diseases of Swine**. 8. ed. Ames: Iowa State University Press, 1999, p. 159-172.

OLIVEIRA, L. G.; OLIVEIRA, M. E. F.; GATTO, I. R. H.; ALMEIDA, H. M. S.; SAMARA, S. I. Peste Suína Clássica: Caracterização da Enfermidade e Ações de Controle e Erradicação adotadas no Brasil. **Revista Veterinária e Zootecnia**, v. 21, n. 3, p. 343-358, 2014.

PATON, D. J.; GREISER-WILKE, I. Classical swine fever – an update. **Research in Veterinary Science**, v. 75, p. 169-178, 2003.

PENRITH, M. L.; VOSLOO, W.; MATHER, C. Classical Swine Fever (Hog Cholera): Review of Aspects Relevant to Control. **Transboundary and Emerging Diseases**, v. 58, p. 187-196, 2011.

RIDPATH, J. F.; FLORES, E. F. Flaviviridae. In: FLORES; E, F. **Virologia Veterinária**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2007. Cap. 22, p. 565-591.

RISTOW, L. E. Monitoramento global da sanidade de granjas de suínos. In: ANAIS DO III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO SUÍNA, 3, 2007, Águas de Lindóia. **ANAIS**. Águas de Lindóia, 2007, p. 50-56.

SOBESTIANSKY, J., BARCELLOS, D. E. S. N.; MORES, N.; OLIVEIRA, S. J.; CARVALHO, L. F. O. S.; MORENO, A. M.; ROEHE, P. M. **Clínica e Patologia Suína**. 2. ed. Goiânia: Gráfica Art3, 1999, p.341-349.